



RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas
Referentes aos Períodos de Três Meses findos
em 31 de março de 2021 e
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



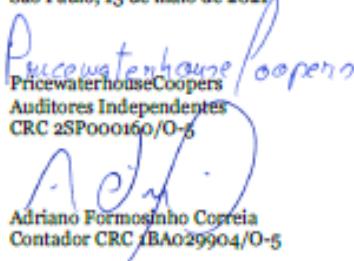
Rio Paranapanema Energia S.A.

Outros assuntos

**Demonstrações
do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC /BAo29904/O-5

Sumário

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	2
Desempenho econômico-financeiro	5
Informações trimestrais - ITR	10
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas da Administração	17
1. Informações gerais	17
2. Apresentação das informações trimestrais - ITR	22
3. Principais práticas contábeis	22
4. Gestão de riscos do negócio	22
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	25
6. Clientes	25
7. Tributos a recuperar/recolher e diferido	26
8. Depósitos judiciais	28
9. Investimentos	28
10. Imobilizado	29
11. Intangível	32
12. Fornecedores	33
13. Encargos setoriais	34
14. Debêntures	34
15. Provisões para riscos	36
16. Dividendos	38
17. Juros sobre o capital próprio	38
18. Partes relacionadas	39
19. Patrimônio líquido	40
20. Receita operacional líquida	40
21. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede	41
22. Resultado financeiro	42
23. Apuração do imposto de renda e contribuição social	43
24. Lucro por ação	44
25. Instrumentos financeiros	44
26. Seguros	44
27. Transações não caixa	45
28. Compromissos	45
Declaração da Diretoria	46
Membros da Administração	47

Desempenho econômico-financeiro

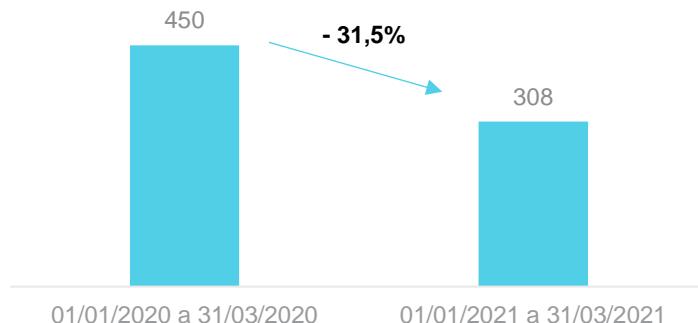
Principais indicadores

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	355.653	503.706	-29,4
Outras receitas	62	53	17,0
(-) Deduções à receita operacional	(47.554)	(53.847)	-11,7
Receita operacional líquida	308.161	449.912	-31,5
(-) Custos e despesas operacionais	(191.610)	(197.043)	-2,8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	116.551	252.869	-53,9
Ebitda	187.736	307.711	-39,0
Margem Ebitda - %	60,9%	68,4%	-7,5 p.p.
Resultado financeiro	(109.757)	(41.273)	165,9
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.794	211.596	-96,8
Lucro líquido do período	4.772	140.481	-96,6
Margem líquida - %	1,5%	31,2%	-29,7 p.p.
Quantidade de ações			
Ações em circulação	94.433	94.433	-
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,05053	1,48763	-96,6

Receita

A Companhia apresentou uma queda de 31,5%, ou R\$ 142 milhões na receita operacional líquida, em razão principalmente de um menor volume liquidado no mercado livre e no mercado de curto prazo em relação ao 1º trimestre de 2020. Essa redução está relacionada ao cenário hidrológico que, no 1º trimestre de 2021, apresentou uma situação bem pior do que o apresentado no 1º trimestre de 2020 (no 1º trimestre de 2020, a Companhia obteve receitas adicionais relevantes de ACL e MCP em virtude de ter utilizado a estratégia de sazonalização e ter contado com o cenário de hidrologia positivo).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



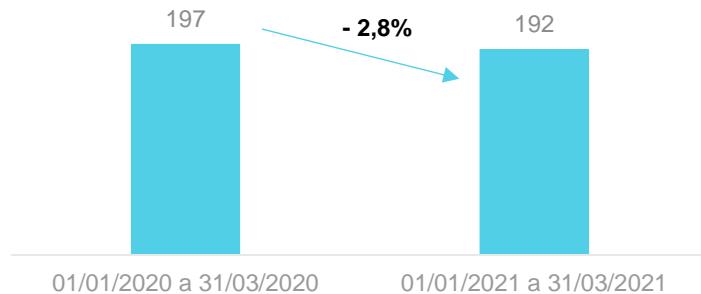
Custos e despesas operacionais

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	Variação %
Pessoal	(18.922)	(17.578)	7,6
Material	(1.281)	(1.548)	-17,2
Serviços de terceiros	(10.761)	(12.954)	-16,9
Energia comprada	(38.863)	(56.540)	-31,3
Depreciação e amortização	(71.185)	(54.842)	29,8
Encargos de uso da rede elétrica	(36.218)	(34.838)	4,0
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(5.390)	(8.148)	-33,8
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.841)	(1.680)	9,6
Seguros	(2.376)	(2.358)	0,8
Aluguéis	(655)	(273)	139,9
Provisões para riscos	1.011	371	172,5
Compartilhamento de despesas	(2.272)	(3.719)	-38,9
Outros	(2.857)	(2.936)	-2,7
	(191.610)	(197.043)	-2,8

Os custos e despesas operacionais apresentaram, na comparação entre os dois trimestres, uma redução de R\$ 5,4 milhões. As principais variações foram:

- Redução de R\$ 17,7 milhões no custo com compra de energia, principalmente em virtude da estratégia de sazonalização implementada no 1º trimestre de 2020 e que gerou receitas adicionais no Mercado Livre (ACL) e no Mercado de Curto Prazo (MCP);
- Elevação de R\$ 16,3 milhões nas despesas com depreciação e amortização, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível reconhecido em Dez/2020 proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF previsto na Lei nº 14.052/2020;
- Redução de R\$ 2,8 milhões na CFURH em virtude de queda na geração das Usinas na comparação entre os dois períodos;

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



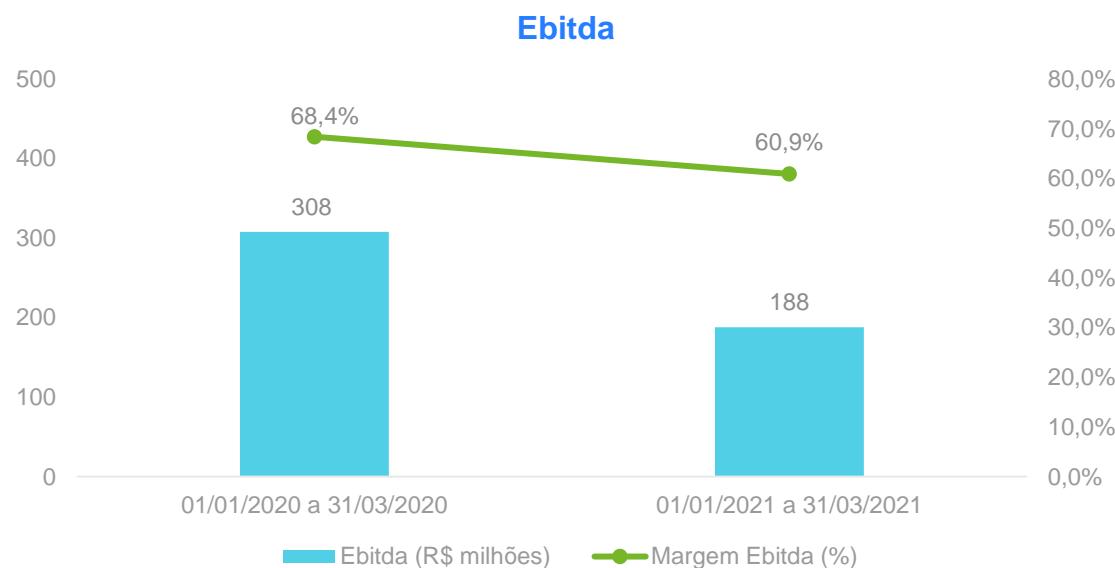
Ebitda e margem Ebitda

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	Variação %
Lucro líquido do período	4.772	140.481	-96,6
Imposto de renda e contribuição social	2.022	71.115	-97,2
Resultado financeiro (líquido)	109.757	41.273	165,9
Depreciação e amortização	71.185	54.842	29,8
Ebitda	187.736	307.711	-39,0
<i>Margem Ebitda</i>	60,9%	68,4%	-7,5 p.p

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou redução de R\$ 120 milhões, ou 39%, em comparação ao 1º trimestre de 2020, principalmente em razão da redução na receita líquida, com isso, foi observada uma queda de 7,5 p.p. na margem Ebitda.



Resultado financeiro

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	Variação %
Receitas	10.574	12.406	-14,8
Despesas	(120.331)	(53.679)	124,2
Resultado financeiro líquido	(109.757)	(41.273)	165,9

O resultado financeiro líquido, no 1º trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 109,8 milhões, que representa uma piora de R\$ 68,5 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em razão da pandemia, o cenário macroeconômico segue com um comportamento bastante atípico e volátil. Houve aumento na despesa financeira principalmente devido à atualização pelo IGP-M do passivo relativo às liminares mantidas pela Companhia (GSF e Garantia Física), levando em conta que os valores referentes a liminar do GSF que vinham sendo atualizados, foram quitados junto à CCEE.

Acerca dessa variação, vale ressaltar que o maior impacto ocorreu somente em Jan/21, uma vez que a Administração negociou e efetuou a liquidação antecipada junto à CCEE do maior passivo exposto ao IGP-M, referente a liminar do GSF.

Endividamento

	31/03/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures	1.594.163	1.074.801	48,3
Curto prazo	464.676	376.967	23,3
Longo prazo	1.129.487	697.834	61,9
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(538.645)	(1.110.250)	-51,5
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(815)	(807)	1,0
Dívida líquida	1.054.703	(36.256)	3.009,0

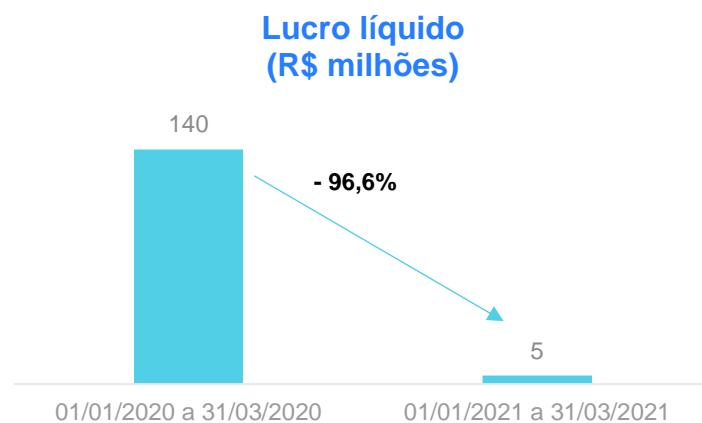
A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida, em comparação com 31 de dezembro de 2020, teve um aumento de R\$ 1,1 bilhão, principalmente em função da redução do saldo de caixa que se deu principalmente pela liquidação do passivo da liminar do GSF. Além disso, houve captação da 9ª emissão das debêntures no período.

	31/03/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures 4ª emissão série 2	395.768	380.681	4,0
Debêntures 5ª emissão série 2	121.839	116.899	4,2
Debêntures 7ª emissão série 2	233.916	231.503	1,0
Debêntures 8ª emissão série 1	159.698	160.385	-0,4
Debêntures 8ª emissão série 2	182.401	185.333	-1,6
Debêntures 9ª emissão série 1	180.154	-	0,0
Debêntures 9ª emissão série 2	320.387	-	0,0
Debêntures 4ª emissão série 2	1.594.163	1.074.801	48,3

Lucro líquido

Em virtude dos fatores comentados anteriormente, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 4,8 milhões no período, representando uma redução de R\$ 135,7 milhões em comparação com o desempenho apresentado no mesmo período do ano de 2020.



Informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	519.257	1.062.848	538.645	1.110.250
Clientes	6	122.862	840.277	125.308	842.470
Tributos a recuperar	7.1	6.982	2.577	7.028	2.658
Serviços em curso		18.781	15.980	18.781	15.980
Despesas antecipadas		4.088	5.808	4.223	5.885
Outros créditos		1.308	1.169	1.354	1.198
Total do ativo circulante		673.278	1.928.659	695.339	1.978.441
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	815	807	815	807
Tributos a recuperar	7.1	819	819	2.249	2.246
Tributos diferidos	7.2	125.207	127.362	125.207	127.362
Depósitos judiciais	8	60.536	60.359	60.536	60.359
Despesas antecipadas		1.963	2.028	1.963	2.028
		189.340	191.375	190.770	192.802
Investimentos	9	221.340	220.186	-	-
Imobilizado	10	2.423.476	2.477.163	2.618.888	2.674.688
Intangível	11	844.554	863.822	855.190	874.654
Total do ativo não circulante		3.678.710	3.752.546	3.664.848	3.742.144
Total do ativo		4.351.988	5.681.205	4.360.187	5.720.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Balanços patrimoniais

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	12	366.412	2.037.128	367.164	2.069.227
Salários, provisões e contribuições sociais		13.270	17.682	13.631	18.117
Tributos a recolher	7.1	10.042	142.249	10.301	142.427
Encargos setoriais	13	23.741	25.430	23.750	25.438
Debêntures	14	464.676	376.967	464.676	376.967
Dividendos	16	278.866	278.866	278.866	278.866
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	143	45.288	143	45.288
Partes relacionadas	18	1.707	1.884	1.780	1.954
Receitas diferidas		3.079	4.224	3.189	4.373
Outras obrigações		1.254	1.286	1.263	1.291
Total do passivo circulante		1.163.190	2.931.004	1.164.763	2.963.948
Não circulante					
Fornecedores	12	25.309	25.005	25.309	25.005
Encargos setoriais	13	7.865	9.399	7.865	9.399
Indenização socioambiental		16.292	15.088	16.292	15.088
Debêntures	14	1.129.487	697.834	1.129.487	697.834
Plano de aposentadoria		44.091	44.091	44.091	44.091
Provisões para riscos	15	36.149	36.741	42.775	43.177
Receitas diferidas		4.027	2.342	4.027	2.342
Outras obrigações		8.289	7.957	8.289	7.957
Total do passivo não circulante		1.271.509	838.457	1.278.135	844.893
Total do passivo		2.434.699	3.769.461	2.442.898	3.808.841
Patrimônio líquido					
Capital social	19	839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		115.084	115.084	115.084	115.084
Reserva de lucros		585.546	585.546	585.546	585.546
Lucros acumulados		19.230	-	19.230	-
Ajuste de avaliação patrimonial		358.291	371.976	358.291	371.976
Total do patrimônio líquido		1.917.289	1.911.744	1.917.289	1.911.744
Total do passivo e patrimônio líquido		4.351.988	5.681.205	4.360.187	5.720.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receita operacional líquida	20	301.117	442.267	308.161	449.912
Custos operacionais					
Pessoal		(15.234)	(14.085)	(15.858)	(14.636)
Material		(1.150)	(1.380)	(1.220)	(1.511)
Serviços de terceiros		(5.370)	(6.739)	(5.937)	(7.706)
Energia comprada	21.1	(38.281)	(56.258)	(38.863)	(56.540)
Depreciação e amortização		(67.761)	(51.223)	(70.337)	(53.830)
Encargos de uso da rede elétrica	21.2	(36.121)	(34.706)	(36.218)	(34.838)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(5.390)	(8.148)	(5.390)	(8.148)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.814)	(1.655)	(1.841)	(1.680)
Seguros		(2.343)	(2.326)	(2.376)	(2.358)
Aluguéis		-	-	(7)	-
Provisões para riscos		332	185	338	245
Outros		(415)	(559)	(432)	(578)
		(173.547)	(176.894)	(178.141)	(181.580)
Resultado bruto		127.570	265.373	130.020	268.332
Despesas operacionais					
Pessoal		(3.064)	(2.942)	(3.064)	(2.942)
Material		(61)	(33)	(61)	(37)
Serviços de terceiros		(4.452)	(4.838)	(4.824)	(5.248)
Depreciação e amortização		(838)	(1.000)	(848)	(1.012)
Aluguéis		(585)	(252)	(648)	(273)
Provisões para riscos		670	95	673	126
Compartilhamento de despesas	18.3	(2.272)	(3.719)	(2.272)	(3.719)
Outras		(2.397)	(2.300)	(2.425)	(2.358)
		(12.999)	(14.989)	(13.469)	(15.463)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	1.154	2.143	-	-
		1.154	2.143	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		115.725	252.527	116.551	252.869
Resultado financeiro	22				
Receitas		10.433	12.024	10.574	12.406
Despesas		(119.630)	(53.323)	(120.331)	(53.679)
		(109.197)	(41.299)	(109.757)	(41.273)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.528	211.228	6.794	211.596
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		-	(84.597)	(266)	(84.965)
Diferido		(1.756)	13.850	(1.756)	13.850
		(1.756)	(70.747)	(2.022)	(71.115)
Lucro líquido do período		4.772	140.481	4.772	140.481
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	0,05053	1,48763	0,05053	1,48763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado abrangente

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Lucro líquido do período	4.772	140.481
Outros resultados abrangentes do período		
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	1.171	836
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(398)	(283)
	773	553
Resultado abrangente do período	5.545	141.034

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	839.138	115.084	585.546	-	525.616	(153.640)	1.917.744
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	4.772	-	-	4.772
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	1.171	1.171
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(398)	(398)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	773	(773)	-
	-	-	-	4.772	773	-	5.545
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	21.906	(21.906)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(7.448)	7.448	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	839.138	115.084	585.546	19.230	511.931	(153.640)	1.917.289

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	839.138	116.804	158.378	-	587.387	(150.910)	1.550.797
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	140.481	-	-	140.481
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	836	836
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(283)	(283)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	553	-	-	(553)	-
	-	-	553	140.481	-	-	141.034
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	24.215	(24.215)	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.233)	8.233	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	839.138	116.804	158.931	156.463	571.405	(150.910)	1.691.831

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa

PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.528	211.228	6.794	211.596
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		68.599	52.223	71.185	54.842
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível e obrigações especiais		1.550	1.007	1.550	1.018
Apropriação de juros sobre debêntures	14	17.691	19.405	17.691	19.405
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	399	447	399	447
Variação monetária sobre debêntures	14	21.907	13.815	21.907	13.815
Variação monetária sobre provisão para riscos		753	714	757	735
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(417)	(839)	(418)	(840)
Variação monetária referente a inadimplência CCEE		(6.033)	-	(6.033)	-
Variação monetária referente a liminar CCEE		75.240	16.108	75.936	16.434
Variação monetária referente a indenização socioambiental		1.204	199	1.204	199
Variação monetária TUSD-g		487	988	487	988
Variação monetária P&D		36	144	36	144
Provisão para riscos	15	(1.002)	(280)	(1.018)	(371)
Equivalência patrimonial	9	(1.154)	(2.143)	-	-
		179.260	101.788	183.683	106.816
Variações nos ativos					
Clientes		723.448	(83.568)	723.195	(83.917)
Partes relacionadas		-	474	-	474
Depósitos judiciais		9	-	9	-
Serviços em curso		(2.799)	(1.983)	(2.799)	(1.983)
Despesas antecipadas		1.785	1.887	1.727	1.831
Outras variações ativas		711	141	694	(205)
		723.154	(83.049)	722.826	(83.800)
Variações nos passivos					
Fornecedores		(24.927)	(5.555)	(32.002)	(8.917)
Salários, provisões e contribuições sociais		(4.412)	(5.096)	(4.486)	(5.193)
Impostos, taxas e contribuições		3.445	8.861	3.670	8.969
Receitas diferidas		540	(3.378)	501	(3.389)
Partes relacionadas		(177)	(143)	(174)	(140)
Provisão para riscos		(296)	(156)	(296)	(211)
Outras variações passivas		(3.006)	3.253	(3.001)	3.233
		(28.833)	(2.214)	(35.788)	(5.648)
Caixa (aplicado) / gerado nas operações		880.109	227.753	877.515	228.964
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(18.072)	(26.100)	(18.072)	(26.100)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(134.556)	(82.477)	(134.934)	(82.766)
Pagamento liminar GSF		(1.721.028)	-	(1.745.996)	-
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades operacionais		(993.547)	119.176	(1.021.487)	120.098
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento na venda de imobilizado		342	-	342	-
Adições no ativo imobilizado e intangível		(2.724)	(6.433)	(2.798)	(6.866)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.382)	(6.433)	(2.456)	(6.866)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Valor recebido pela emissão de debêntures		500.000	-	500.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures		(2.563)	-	(2.563)	-
Pagamento de dividendos		-	(2)	-	(2)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(45.099)	(57.789)	(45.099)	(57.789)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de financiamentos		452.338	(57.791)	452.338	(57.791)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(543.591)	54.952	(571.605)	55.441
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.062.848	1.087.193	1.110.250	1.121.907
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		519.257	1.142.145	538.645	1.177.348

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do valor adicionado

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas					
Venda de energia e outros serviços	20	301.117	442.267	308.161	449.912
		301.117	442.267	308.161	449.912
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede		(74.402)	(90.964)	(75.081)	(91.378)
Materiais e serviços de terceiros		(12.269)	(15.789)	(13.175)	(17.200)
Outros custos operacionais		(3.825)	(4.418)	(3.878)	(4.418)
		(90.496)	(111.171)	(92.134)	(112.996)
Valor adicionado bruto		210.621	331.096	216.027	336.916
Depreciação e amortização		(46.694)	(28.008)	(49.280)	(30.626)
Valor adicionado líquido produzido		163.927	303.088	166.747	306.290
Equivalência patrimonial	9	1.154	2.143	-	-
Outras receitas financeiras		10.641	12.628	10.782	13.010
Valor adicionado recebido em transferência		11.795	14.771	10.782	13.010
Valor adicionado recebido em transferência		175.722	317.859	177.529	319.300
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		8.915	8.814	9.221	9.093
Benefícios		4.346	4.233	4.606	4.466
FGTS		788	784	815	809
Provisão para gratificação (bônus)		392	-	392	-
Participação nos resultados		2.315	1.578	2.358	1.608
Encargos sociais (exceto INSS)		714	684	736	706
		17.470	16.093	18.128	16.682
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		13.188	83.426	13.551	83.886
Estaduais		172	174	185	189
Municipais		5.456	8.192	5.456	8.192
		18.816	91.792	19.192	92.267
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		585	252	655	273
Outras despesas financeiras		119.621	53.259	120.324	53.615
		120.206	53.511	120.979	53.888
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		19.230	156.463	19.230	156.463
		19.230	156.463	19.230	156.463
Valor adicionado distribuído		175.722	317.859	177.529	319.300

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração Às informações trimestrais – em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmeiras e Retiro, conforme mencionado em nota explicativa 9.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 489.912 na Controladora e R\$ 469.424 no Consolidado, o que representa uma redução de 51,1% na Controladora e 52,4% no Consolidado em comparação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação se dá em virtude do pagamento referente ao acordo GSF, transferência do não circulante para o circulante referente ao pagamento da parcela do principal da 8ª emissão série 1 de debêntures e captação da 9º emissão de debêntures, ocorrida em 28 de janeiro de 2021.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de concessão

Controladora								
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Ínicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
						2.265,3	1.064,5	

1.2.2. Resoluções autorizativas

Controlada								
Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Ínicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo.

Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 2015, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos no que tange: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e redução da carga das distribuidoras.

A liminar concedida limitou a exposição da Controlada e de outros geradores ao GSF em 100%, sendo parcialmente revogada em outubro de 2018 - decisão que manteve em suspenso o pagamento dos valores de GSF retidos nas liquidações financeiras da CCEE entre o período maio de 2015 a janeiro de 2018, mas que retirou a proteção de suspensão de pagamentos de GSF a partir de fevereiro de 2018. Os valores em discussão anteriores a fevereiro de 2018 foram contabilizados na conta de fornecedores conforme nota explicativa 12.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão contida na Lei 14.052/2020, os agentes terão de renunciar à disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação.

Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, os agentes automaticamente também deverão quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE.

Diante das diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia e sua controlada realizaram o pagamento à CCEE do valor de R\$ 1.745.996 no primeiro trimestre deste ano.

De acordo com a Lei nº 14.052, regulamentada pela resolução Aneel 895/2020, em 02 de março de 2021, a CCEE divulgou a apuração efetiva dos valores a serem resarcidos às usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Como efeito dessa divulgação, a Companhia e sua controlada teriam, atualmente, complemento a ser reconhecido em seu ativo intangível de R\$ 10.354 e 76, respectivamente.

Havia expectativa de que a homologação deste acordo ocorresse no primeiro trimestre de 2021, no entanto, ocorreu atraso em razão de recurso administrativo impetrado por alguns agentes face à resolução normativa 895/2020, pendente de votação na Aneel.

A partir da homologação, a Companhia reconhecerá os efeitos complementares necessários.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Desta forma, a partir desta data, houve uma redução de

aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria nº 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria nº 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 183/1998. Porém, em 10 de abril de 2019, foi publicada sentença que anula os pedidos referentes à liminar obtida para as usinas Canoas I e Canoas II.

Em 24 de junho de 2019, com a publicação do Despacho Aneel nº 1.733, houve o incremento de 1,9 MWm da garantia física da UHE Capivara, devido à homologação dos novos parâmetros de potência instalada e rendimento nominal da turbina da Unidade Geradora nº 2, resultado da conclusão do processo de repotenciação desta unidade. Como resultado da revisão extraordinária, a nova garantia física total da UHE Capivara passou a ser de 329,1 MWm (anteriormente 327,2 MWm), conforme estabelecido na Portaria nº 178/2017.

Em 30 de setembro de 2019 foi publicada sentença de primeiro grau julgando improcedente o pedido da inicial, da qual se apelou, obtendo-se, em 18 de dezembro de 2019, deferimento do pedido cautelar de antecipação de tutela recursal para suspender os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 no ponto em que reduziu o valor das garantias físicas das Usinas Hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

No mês de setembro de 2019 foram abertas duas Consultas Públicas do MME – nº 82, com prazo de contribuições entre 05 a 20 de setembro – que lançou minuta de Portaria com o objetivo de propor novos Valores de Referência de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) de Usinas Hidrelétricas e a Consulta Pública nº 85, com o objetivo de obter contribuições dos agentes do setor elétrico acerca da proposta de medidas de curto prazo, bem como cronograma de execução, voltadas à realização da revisão das garantias físicas de energia de usinas despachadas centralizadamente. A CTG trabalhou para o envio de contribuições técnicas, em conjunto com associações de classe e individualmente, no âmbito desta Consulta.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/17. Para mais informações, vide nota explicativa 12.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PLS 232 como o encerramento dos subsídios

para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MP 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a Medida Provisória nº 998 de setembro de 2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

Também foi aprovado o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos próximos 5 anos.

1.6. COVID-19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

A Companhia se organizou para proteger seus profissionais e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Para isso, criou um Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões ligadas à pandemia de Covid-19.

Para suas atividades operacionais, protocolou junto à Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centros de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – Covid-19. Dentre outras ações, tomou medidas para a redução máxima da circulação de pessoas em suas instalações, por meio do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas. Assim, garantiu a segurança de seus profissionais, a regularidade da operação e, para suas atividades administrativas, adotou trabalho remoto, atendendo às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico, e disponibilizado contato via telemedicina para nossos profissionais e prestadores de serviços, com atendimento diário para acompanhamento da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento ao hospital. Regularmente todas as pessoas que acessam as unidades realizam testagem PCR para identificação de pessoas assintomáticas e em casos positivos ou suspeito estas pessoas ficam sem acesso às instalações em casa até liberação médica.

Campanhas de comunicação e conscientização são periodicamente realizadas com o intuito de apresentar as mais recentes informações científicas e, para isso a CTG realiza palestras online com os mais renomados médicos, cientistas, biólogos ou referências no assunto. Os médicos Drauzio Varella, Dr. David Uip, o biólogo Atila Lamarinho entre outros já apresentaram informações de esclarecimento aos nossos colaboradores.

Rotinas de higienização foram reforçadas nos locais de comum acesso, medição de temperatura nos acessos das instalações e instalação de pontos para higienização das mãos com álcool em gel foram planejados para reduzir o risco de contágio.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e

nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela Resolução Normativa nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$ 16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em função do agravamento da pandemia no primeiro trimestre de 2021, a Aneel suspendeu em todo o Brasil o corte de energia dos consumidores de baixa renda por inadimplência.

Também está vedado o corte de energia de unidades consumidoras com equipamentos vitais à preservação da vida e dependentes de energia elétrica, além de unidades de saúde, tais como hospitais e centros de produção, armazenamento e distribuição de vacinas.

Outro ponto que beneficia todos os consumidores e as distribuidoras é a suspensão do prazo para o corte de energia de faturas antigas. Com isso, os consumidores passam a dispor de mais tempo para quitar suas contas e as distribuidoras podem direcionar equipes para atividades mais prioritárias.

Essas medidas terão validade até 30 de junho de 2021, podendo ser reavaliadas ou prorrogadas, a depender da evolução da pandemia no país.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (EE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

De acordo com a Lei nº 14.120 de 1 de março de 2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora a Companhia está sujeita a obrigação de investimento em P&D os montantes já comprometidos com projetos são superiores a obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até 31 de março de 2021 não há efeitos financeiros para a Companhia.

2. Apresentação das informações trimestrais - ITR

2.1. Aprovação das informações trimestrais

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Companhia.

As demais informações relativas à apresentação das demonstrações financeiras publicadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais de 2020, permanecem válidas para esse trimestre.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais de 2020.

4. Gestão de riscos do negócio

As informações sobre fatores de risco descritas nota explicativa 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para essas informações trimestrais, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Riscos financeiros

4.1.1. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia e sua controlada fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e sua Controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e consolidado				
			De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	149.837	147.965	144.325	442.127
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	123.031	-	-	-	123.031
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	126.914	123.961	-	250.875
8 ^a	1	Variação 106,75% do DI ao ano	-	87.609	84.720	-	172.329
8 ^a	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	10.236	10.503	215.712	236.451
9 ^a	1	Variação DI + 1,40% ano ano	-	9.600	12.405	193.844	215.849
9 ^a	2	Variação DI + 1,65% ano ano	-	17.866	22.939	384.448	425.253
			123.031	402.062	402.493	938.329	1.865.915

4.2. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua Controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de março de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Controladora	
			31/03/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	4,65%	519.161	24.123
Aplicações financeiras vinculadas	DI	4,65%	815	38
			519.976	24.161
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	3,49%	(395.768)	(38.684)
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	3,49%	(121.839)	(13.094)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	3,49%	(233.916)	(22.453)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	4,65%	(159.698)	(7.921)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	3,49%	(182.401)	(16.753)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	4,65%	(180.154)	(10.350)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	4,65%	(320.387)	(19.704)
			(1.594.163)	(128.959)
Total da exposição líquida			(1.074.187)	(104.798)

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	Consolidado	
			31/03/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	4,65%	538.521	25.023
Aplicações financeiras vinculadas	DI	4,65%	815	38
			539.336	25.061
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	3,49%	(395.768)	(38.684)
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	3,49%	(121.839)	(13.094)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	3,49%	(233.916)	(22.453)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	4,65%	(159.698)	(7.921)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	3,49%	(182.401)	(16.753)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ano ano	4,65%	(180.154)	(10.350)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ano ano	4,65%	(320.387)	(19.704)
			(1.594.163)	(128.959)
Total da exposição líquida			(1.054.827)	(103.898)

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Debêntures		1.594.163	1.074.801	1.594.163	1.074.801
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(519.257)	(1.062.848)	(538.645)	(1.110.250)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(815)	(807)	(815)	(807)
Dívida líquida		1.074.091	11.146	1.054.703	(36.256)
Patrimônio líquido	19	1.917.289	1.911.744	1.917.289	1.911.744
Total do capital		2.991.380	1.922.890	2.971.992	1.875.488
Índice de alavancagem financeira - (%)*		35,9	0,6	35,5	1,9

* Dívida líquida / Total do capital

As variações do saldo de gestão de capital decorrem do pagamento do acordo do GSF e captação da 9ª emissão de debêntures, gerando uma redução de caixa e um acréscimo no endividamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	96	78	124	107
Aplicações financeiras	519.161	1.062.770	538.521	1.110.143
Certificado de depósito bancário (CDB)	519.161	1.062.770	538.521	1.110.143
	519.257	1.062.848	538.645	1.110.250

A variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa se deve ao pagamento do acordo GSF e captação da 9ª emissão de debêntures

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	807
Aplicações	18
Resgates	(14)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	4
Saldo em 31 de março de 2021	815

5.3. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
A-1	-	16.717	94.890	16.717	94.890
B	BR-1	503.345	968.758	522.733	1.016.160
B	-	10	7	10	7
		520.072	1.063.655	539.460	1.111.057

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

6. Clientes

6.1. Composição

	Controladora		
	À vencer	31/03/2021	31/12/2020
	Até 90 dias		
Contratos ACL	120.121	120.121	131.366
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	2.741	2.741	708.911
	122.862	122.862	840.277

	Consolidado		
	À vencer	31/03/2021	31/12/2020
	Até 90 dias		
Contratos ACL	122.567	122.567	133.559
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	2.741	2.741	708.911
	125.308	125.308	842.470

A variação do saldo de contas a receber se deve às arrecadações da CCEE no 1º trimestre de 2021 de valores que estavam represados em razão das discussões em torno do GSF

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa 6.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

Embora tenham sido solicitadas postergações de vencimentos por alguns poucos clientes, até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	Controladora				Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020		31/03/2021		31/12/2020	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	2,2	2.684	0,5	621	2,2	2.684	0,5	621
2 - Bom	34,5	41.440	35,4	46.531	34,3	42.058	35,2	47.050
3 - Satisfatório	47,3	56.847	55,4	72.823	47,7	58.446	55,7	74.292
4 - Regular	15,9	19.150	7,5	9.863	15,8	19.379	7,5	10.068
5 - Crítico	-	-	1,2	1.528	-	-	1,1	1.528
	100,0	120.121	100,0	131.366	100,0	122.567	100,0	133.559

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas a nota de Clientes está descrita na nota 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2020.

7. Tributos a recuperar/recolher e diferido

7.1. Tributos a recuperar/recolher

	Controladora			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	686	-	2.577	-
Saldo Negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	-	819
	6.982	819	2.577	819
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	130.995	-
PIS e COFINS a pagar	4.495	-	5.858	-
ICMS	5.361	-	4.968	-
ISS	54	-	143	-
Outros	132	-	285	-
	10.042	-	142.249	-

	Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	732	-	2.658	-
INSS	-	1.430	-	1.427
Saldo Negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	-	819
	7.028	2.249	2.658	2.246
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	143	-	131.049	-
PIS e COFINS a pagar	4.585	-	5.945	-
ICMS	5.364	-	4.968	-
ISS	59	-	155	-
Outros	150	-	310	-
	10.301	-	142.427	-

A Companhia apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, após a realização do diferido sobre o GSF no 1º trimestre de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 foram reclassificados para as contas de antecipações de IRPJ/CSLL.

7.2. Tributos diferidos

	Controladora e consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões	2.666	959	3.625	3.594	1.294	4.888
Provisões para riscos	9.533	3.432	12.965	9.699	3.492	13.191
Valores recebidos a maior RTE	66	24	90	66	24	90
Arrendamento mercantil	80	29	109	72	26	98
Liminar GSF/Garantia física	19.808	7.131	26.939	425.984	153.354	579.338
Benefício fiscal	9.368	3.373	12.741	9.753	3.511	13.264
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	396.236	142.423	538.659	-	-	-
Ajuste atuarial plano de pensão	6.919	2.491	9.410	7.212	2.596	9.808
Receita diferida	1.758	633	2.391	1.623	584	2.207
Total bruto	446.434	160.495	606.929	458.003	164.881	622.884
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	(205.058)	(73.821)	(278.879)	(209.729)	(75.503)	(285.232)
Ajuste de avaliação patrimonial	(142.636)	(51.349)	(193.985)	(148.112)	(53.320)	(201.432)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	(354.207)	(127.515)	(481.722)	(364.354)	(131.168)	(495.522)
Imposto diferido líquido	92.227	32.980	125.207	93.649	33.713	127.362

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.650)	11.358	7.133	6.945	1.256	(150.249)	(125.207)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

7.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Ágio	Provisão	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(267.921)	176.824	(91.097)	(266.380)	175.806	(90.574)
Saldos no final do período	37.485	(24.744)	12.741	39.026	(25.762)	13.264

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Amortização do ágio	(1.542)	(1.727)
Reversão da provisão	1.017	1.140
Benefício fiscal	525	587
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2021	2022	2023	2024 - 2026	2027 em diante	Total
Realização estimada	1.572	1.872	1.671	4.013	3.613	12.741

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período.

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

8. Depósitos judiciais

	Controladora e consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.999	6.835	37.525	60.359
Variações monetárias	67	17	102	186
(-) Baixas	-	(9)	-	(9)
Saldo em 31 de março de 2021	16.066	6.843	37.627	60.536

A íntegra das informações relacionadas aos depósitos judiciais está descrita na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

9. Investimentos

9.1. Movimentação do investimento

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	31/12/2020	Equivalência patrimonial	31/03/2021
Controlada				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	220.186	1.154	221.340
		220.186	1.154	221.340

	Participação acionária	31/12/2019	Equivalência patrimonial	31/03/2020
Controlada				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	170.647	2.143	172.790
		170.647	2.143	172.790

9.2. Informações financeiras da Controlada

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do período	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Controlada												
Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda.	99,99%	99,99%	229.539	259.567	8.198	39.380	221.341	220.187	7.044	7.645	1.154	2.143

A íntegra das informações relacionadas aos investimentos está descrita na nota explicativa 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

10. Imobilizado

10.1. Composição

	Controladora					Consolidado				
	31/03/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação	31/03/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço										
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	0,0%	224.953	-	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.375.513	(1.780.173)	1.595.340	1.630.370	4,2%	3.610.512	(1.817.737)	1.792.775	1.829.009	4,0%
Edificações, obras civis e benfeitorias	457.373	(262.926)	194.445	198.723	3,7%	495.659	(269.409)	226.250	230.737	3,6%
Máquinas e equipamentos	1.011.783	(439.795)	571.988	585.018	3,6%	1.136.438	(468.299)	668.139	680.140	3,6%
Veículos	10.165	(6.107)	4.058	3.691	10,9%	10.574	(6.249)	4.325	3.971	11,0%
Móveis e utensílios	1.256	(1.031)	225	233	2,5%	1.410	(1.093)	317	327	3,1%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.698	(188)	3.510	2.913	20,3%	3.698	(188)	3.510	2.913	20,3%
	4.872.978	(2.490.222)	2.382.756	2.434.138		5.282.569	(2.562.975)	2.719.594	2.771.375	
Em curso										
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046		17.343	-	17.343	17.140	
Reservatório, barragens e adutora	2.833	-	2.833	2.826		2.835	-	2.835	2.828	
Edificações, obras civis e benfeitorias	544	-	544	499		736	-	736	691	
Máquinas e equipamentos	35.720	-	35.720	37.434		36.908	-	36.908	40.539	
Veículos	576	-	576	1.220		576	-	576	1.220	
Móveis e utensílios	1	-	1	-		1	-	1	-	
	40.720	-	40.720	43.025		58.399	-	58.399	62.418	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)										
	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	-	-	-	-		(159.105)	-	(159.105)	(159.105)	
	4.913.698	(2.490.222)	2.423.476	2.477.163		5.181.863	(2.562.975)	2.618.888	2.674.688	
(-) Obrigações especiais	(1.460)	779	(681)	(711)		(1.460)	779	(681)	(711)	
	4.912.238	(2.489.443)	2.422.795	2.476.452		5.180.403	(2.562.196)	2.618.207	2.673.977	

10.2. Movimentação

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/03/2021	
Em serviço							
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865	
Reservatório, barragens e adutora	1.630.370	-	-	-	(35.030)	1.595.340	
Edificações, obras civis e benfeitorias	198.723	-	-	-	(4.278)	194.445	
Máquinas e equipamentos	585.018	-	(1.550)	(2.267)	(9.213)	571.988	
Veículos	3.691	-	-	644	(277)	4.058	
Móveis e utensílios	233	-	-	-	(8)	225	
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)	
Outros	2.913	785	-	-	(188)	3.510	
	2.434.138	785	(1.550)	(1.623)	(48.994)	2.382.756	
Em curso							
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046	
Reservatório, barragens e adutora	2.826	7	-	-	-	2.833	
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	45	-	-	-	544	
Máquinas e equipamentos	37.434	1.519	-	2.267	-	41.220	
Créditos Pis e Cofins Extemporâneos máquinas e equipamentos	-	(5.500)	-	-	-	(5.500)	
Veículos	1.220	-	-	(644)	-	576	
Móveis e utensílios	-	1	-	-	-	1	
	43.025	(3.928)	-	1.623	-	40.720	
	2.477.163	(3.143)	(1.550)	-	(48.994)	2.423.476	
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	30	(681)	
	2.476.452	(3.143)	(1.550)	-	(48.964)	2.422.795	
Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 31/03/2021
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.829.009	-	-	-	(36.234)	-	1.792.775
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.737	-	-	-	(4.487)	-	226.250
Máquinas e equipamentos	680.140	-	(1.550)	(277)	(10.174)	-	668.139
Veículos	3.971	-	-	644	(290)	-	4.325
Móveis e utensílios	327	1	-	-	(11)	-	317
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
Outros	2.913	785	-	-	(188)	-	3.510
	2.771.375	786	(1.550)	367	(51.384)	-	2.719.594
Em curso							
Terrenos	17.140	-	-	-	-	203	17.343
Reservatório, barragens e adutora	2.828	7	-	-	-	-	2.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	45	-	-	-	-	736
Máquinas e equipamentos	40.539	1.592	-	277	-	-	42.408
Créditos Pis e Cofins Extemporâneos máquinas e equipamentos	-	(5.500)	-	-	-	-	(5.500)
Veículos	1.220	-	-	(644)	-	-	576
Móveis e utensílios	-	1	-	-	-	-	1
	62.418	(3.855)	-	(367)	-	203	58.399
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.105)	-	-	-	-	-	(159.105)
	(159.105)	-	-	-	-	-	(159.105)
	2.674.688	(3.069)	(1.550)	-	(51.384)	203	2.618.888
(-) Obrigações especiais	(711)	-	-	-	30	-	(681)
	2.673.977	(3.069)	(1.550)	-	(51.354)	203	2.618.207

	Controladora					Valor líquido em 31/03/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Em serviço						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.774.566	-	-	180	(36.332)	1.738.414
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	-	-	90	(4.271)	210.771
Máquinas e equipamentos	591.749	-	(990)	8.995	(10.143)	589.611
Veículos	2.203	-	-	138	(200)	2.141
Móveis e utensílios	282	-	(17)	-	(7)	258
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(327)	4.730
	2.601.547	452	(1.007)	9.403	(51.280)	2.559.115
Em curso						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.545	9	-	-	-	2.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	167	-	(90)	-	1.090
Máquinas e equipamentos	44.830	2.518	-	(9.175)	-	38.173
Veículos	2.040	15	-	(138)	-	1.917
Móveis e utensílios	7	-	-	-	-	7
	51.481	2.709	-	(9.403)	-	44.787
	2.653.028	3.161	(1.007)	-	(51.280)	2.603.902
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	-	-	31	(817)
	2.652.199	3.142	(1.007)	-	(51.249)	2.603.085

	Consolidado					Valor líquido em 31/03/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Em serviço						
Terrenos	223.698	-	-	-	-	223.698
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	-	-	180	(37.535)	1.940.666
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	-	90	(4.480)	243.412
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(999)	9.550	(11.088)	687.347
Veículos	2.412	-	-	261	(211)	2.462
Móveis e utensílios	390	-	(19)	-	(10)	361
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Outros	4.605	452	-	-	(327)	4.730
	2.946.137	452	(1.018)	10.081	(53.651)	2.902.001
Em curso						
Terrenos	11.895	8	-	-	-	11.903
Reservatório, barragens e adutora	2.547	9	-	-	-	2.556
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	167	-	(90)	-	1.282
Máquinas e equipamentos	46.503	2.943	-	(10.088)	-	39.358
Veículos	2.163	15	-	(261)	-	1.917
Móveis e utensílios	7	-	-	-	-	7
	64.320	3.142	-	(10.439)	-	57.023
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	2.807.869	3.594	(1.018)	(358)	(53.651)	2.756.436
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	-	-	31	(817)
	2.807.040	3.575	(1.018)	(358)	(53.620)	2.755.619

A íntegra das informações relacionadas ao imobilizado está descrita na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

11. Intangível

11.1. Composição

	Controladora					Consolidado				
	31/03/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização	31/03/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço										
Uso do bem público (UBP)	53.494	(37.305)	16.189	16.652	3,5%	53.494	(37.305)	16.189	16.652	3,5%
Software	33.720	(30.871)	2.849	3.333	5,7%	34.146	(31.020)	3.126	3.626	5,9%
Licença operacional (LO)	-	-	-	-	0,0%	4.235	(4.235)	-	-	0,0%
Servidão de passagem	75	-	75	75	0,0%	265	-	265	265	0,0%
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	838.918	(18.688)	820.230	838.918	8,9%	849.245	(18.868)	830.377	849.245	8,9%
	926.207	(86.864)	839.343	858.978		941.385	(91.428)	849.957	869.788	
Em curso										
Software	5.211	-	5.211	4.844		5.211	-	5.211	4.844	
Servidão de passagem	-	-	-	-		22	-	22	22	
	5.211		5.211	4.844		5.233		5.233	4.866	
	931.418	(86.864)	844.554	863.822		946.618	(91.428)	855.190	874.654	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-		(2.208)	2.208	-	-	
	929.210	(84.656)	844.554	863.822		944.410	(89.220)	855.190	874.654	

11.2. Movimentação

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2021
Em serviço				
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	(463)	16.189
Software	3.333	-	(484)	2.849
Servidão de passagem	75	-	-	75
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	838.918	-	(18.688)	820.230
	858.978		(19.635)	839.343
Em curso				
Software	4.844	367	-	5.211
	4.844	367		5.211
	863.822	367	(19.635)	844.554

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2021
Em serviço				
Uso do bem público (UBP)	16.652	-	(463)	16.189
Software	3.626	-	(500)	3.126
Servidão de passagem	265	-	-	265
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	-	(18.868)	830.377
	869.788		(19.831)	849.957
Em curso				
Software	4.844	367	-	5.211
Servidão de passagem	22	-	-	22
	4.866	367		5.233
	874.654	367	(19.831)	855.190

Do valor total das adições de software ocorridas no exercício, o montante de R\$ 349 se refere a licença para implementação do novo ERP.

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.503	-	-	(463)	18.040
Software	5.199	-	91	(511)	4.779
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	23.777	-	91	(974)	22.894
Em curso					
Software	120	3.291	(91)	-	3.320
	120	3.291	(91)	-	3.320
	23.897	3.291	-	(974)	26.214

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.504	-	-	(463)	18.041
Software	5.199	-	449	(524)	5.124
Licença operacional (LO)	235	-	-	(235)	-
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
	24.203	-	449	(1.222)	23.430
Em curso					
Software	120	3.291	(91)	-	3.320
Servidão de passagem	44	-	-	-	44
	164	3.291	(91)	-	3.364
	24.367	3.291	358	(1.222)	26.794

A íntegra das informações relacionadas ao intangível está descrita na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

12. Fornecedores

12.1. Composição

	Controladora					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	346.198	-	346.198	2.005.364	-	2.005.364
Materiais e serviços contratados	6.714	-	6.714	17.344	-	17.344
Encargos de uso da rede elétrica	13.500	25.309	38.809	14.420	25.005	39.425
Tust	11.592	-	11.592	12.514	-	12.514
Tusd-g	1.888	25.309	27.197	1.887	25.005	26.892
Encargos de conexão	20	-	20	19	-	19
	366.412	25.309	391.721	2.037.128	25.005	2.062.133

	Consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	346.407	-	346.407	2.036.256	-	2.036.256
Materiais e serviços contratados	7.257	-	7.257	18.502	-	18.502
Encargos de uso da rede elétrica	13.500	25.309	38.809	14.469	25.005	39.474
Tust	11.592	-	11.592	12.514	-	12.514
Tusd-g	1.888	25.309	27.197	1.936	25.005	26.941
Encargos de conexão	20	-	20	19	-	19
	367.164	25.309	392.473	2.069.227	25.005	2.094.232

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 344.725 (R\$ 293.170 em dezembro de 2020) na Companhia referente a liminar de garantia física. Em 31 de dezembro de 2020 estava registrado o efeito de R\$ 1.960.131 na Controladora e R\$ 1.984.402 no Consolidado, referente valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF nos montantes de R\$ 1.666.961, para a Controladora e R\$ 1.691.231 no Consolidado, concedida à Apine e Garantia física no montante de R\$ 293.170 para a Controladora, essa variação ocorreu devido ao pagamento do GSF no período, restando apenas em seus registros o valor a pagar da liminar da garantia física com efeitos atualizados com base no IGPM.

A íntegra das informações relacionadas a fornecedores está descrita na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	Controladora					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	3.285	-	3.285	8.283	-	8.283
P&D	19.851	7.865	27.716	16.595	9.399	25.994
TFSEE	605	-	605	552	-	552
	23.741	7.865	31.606	25.430	9.399	34.829

	Consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	3.285	-	3.285	8.282	-	8.282
P&D	19.851	7.865	27.716	16.595	9.399	25.994
TFSEE	614	-	614	561	-	561
	23.750	7.865	31.615	25.438	9.399	34.837

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

14. Debêntures

14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado				
				31/03/2021				
				Circulante		Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)			
4 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	59.268	142.593	166.675	86.500
5 ^a	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	41.823	121.839	-	-
7 ^a	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	17.646	117.646	100.000	16.270
8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	(52)	79.948	80.000	(250)
8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	289	289	160.000	22.112
9 ^a	1	DI + 1,40% ano	26/01/2024	-	722	722	180.000	(568)
9 ^a	2	DI + 1,65% ano	26/01/2026	-	1.639	1.639	320.000	(1.252)
				343.341	121.335	464.676	1.006.675	122.812
								1.129.487

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e consolidado					
				31/12/2020					
				Circulante			Não circulante		
Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total				
4 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343	247.018
5 ^a	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	-	-	-
7 ^a	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358	113.358
8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	697	697	160.000	(312)	159.688
8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.563	7.563	160.000	17.770	177.770
				263.341	113.626	376.967	586.675	111.159	697.834

14.2. Vencimento

Controladora e consolidado						
Vencimento a longo prazo	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures	242.017	205.698	270.819	250.953	160.000	1.129.487

14.3. Movimentação

	4 ^a Emissão	5 ^a Emissão	7 ^a Emissão	8 ^a Emissão		9 ^a emissão		Total
	Série 2	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	380.681	116.899	231.503	160.385	185.333	-	-	1.074.801
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	180.000	320.000	500.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	(929)	(1.634)	(2.563)
Amortização de custos de transação	20	71	95	62	46	51	54	399
Apropriação de juros	5.861	2.101	3.311	828	2.591	1.032	1.967	17.691
Apropriação de variação monetária	9.206	2.768	5.635	-	4.298	-	-	21.907
Pagamento de juros	-	-	(6.628)	(1.577)	(9.867)	-	-	(18.072)
Saldo em 31 de março de 2021	395.768	121.839	233.916	159.698	182.401	180.154	320.387	1.594.163

14.4. Covenants financeiros

Considerando os últimos 12 meses, em relação ao período findo em 31 de março de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme quadro abaixo:

Índice financeiro	Limites	31/03/2021
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	3,26
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,71
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,66

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores>.

14.5. Captação da 9^a emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2021 a Companhia captou R\$ 500.000 (quinquinhos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9^a. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinquinhos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de dezembro de 2020 e;
- iv. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

- i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 4^a emissão da Companhia;
- ii. principal da terceira parcela de amortização das debêntures da 5^a emissão da Companhia;
- iii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 7^a emissão da Companhia.
- iv. reforço de capital de giro da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Para a 9^a emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobre taxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,65% para a série 2.

As demais informações relacionadas a debêntures estão descritas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020

15. Provisões para riscos

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das provisões, contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

15.1. Provisões para riscos prováveis

15.1.1. Composição

	Controladora			
			31/03/2021	31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	9.471	(3.536)	5.935	6.568
Fiscais	19.320	(979)	18.341	18.790
Cíveis	2.205	(246)	1.959	1.726
Ambientais	9.962	(48)	9.914	9.657
	40.958	(4.809)	36.149	36.741

	Consolidado			
	31/03/2021			31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	9.574	(3.605)	5.969	6.615
Fiscais	19.320	(979)	18.341	18.790
Cíveis	8.797	(246)	8.551	8.115
Desapropriações de terras	6.592	-	6.592	6.389
Indenizações de benfeitorias	2.205	(246)	1.959	1.726
Ambientais	9.962	(48)	9.914	9.657
	47.653	(4.878)	42.775	43.177

15.1.2. Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
			Indenizações de benfeitorias		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.568	18.790	1.726	9.657	36.741
Provisões para riscos					
Provisões / reversões	(687)	(482)	167	-	(1.002)
Variações monetárias	424	45	70	214	753
Acordos / pagamentos	(427)	-	-	-	(427)
	(690)	(437)	237	214	(676)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(29)	(12)	(4)	(2)	(47)
(Adições)	(326)	-	-	-	(326)
Baixas	412	-	-	45	457
	57	(12)	(4)	43	84
Saldo em 31 de março de 2021	5.935	18.341	1.959	9.914	36.149

	Consolidado						
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Regulatórias	
			Desapropriações de terras				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726	9.657	-	43.177
Provisões para riscos							
Provisões / reversões	(703)	(482)	-	167	-	-	(1.018)
Variações monetárias	428	45	-	70	214	-	757
Variações monetárias (*)	-	-	203	-	-	-	203
Acordos / pagamentos	(427)	-	-	-	-	-	(427)
	(702)	(437)	203	237	214	-	(485)
Depósitos judiciais							
Variações monetárias	(30)	(12)	-	(4)	(2)	-	(48)
(Adições)	(332)	-	-	-	-	-	(332)
Baixas	418	-	-	-	45	-	463
	56	(12)	-	(4)	43	-	83
Saldo em 31 de março de 2021	5.969	18.341	6.592	1.959	9.914	-	42.775

Os valores representados como desapropriação de terras são contabilizados em contrapartida do imobilizado na linha de terrenos.

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.194	18.182	1.771	5.991	38.138
Provisões para riscos					
Provisões / reversões	(280)	-	-	-	(280)
Variações monetárias	503	96	35	80	714
Acordos / pagamentos	(193)	-	-	-	(193)
	30	96	35	80	241
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(30)	(15)	18	-	(27)
(Adições)	(163)	-	-	-	(163)
Baixas	200	-	-	-	200
	7	(15)	18	-	10
Saldo em 31 de março de 2020	12.231	18.263	1.824	6.071	38.389

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	1.771	5.991	38.670
Provisões para riscos					
Provisões / reversões	(371)	-	-	-	(371)
Variações monetárias	524	96	35	80	735
Acordos / pagamentos	(198)	-	-	-	(198)
	(45)	96	35	80	166
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(31)	(15)	18	-	(28)
(Adições)	(218)	-	-	-	(218)
Baixas	205	-	-	-	205
	(44)	(15)	18	-	(41)
Saldo em 31 de março de 2020	12.637	18.263	1.824	6.071	38.795

15.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Trabalhistas	4.677	4.496	4.677	4.496
Fiscais	203.107	204.498	203.107	204.498
Ambientais	43.329	36.514	43.329	36.514
Regulatórias	121.182	136.950	121.182	136.950
Cíveis	1.872	3.182	27.332	27.394
	374.167	385.640	399.627	409.852

15.2.1. Controlada

Ação de indenização promovida por suposta pescadora profissional contra a controlada Rio Paranapanema, com valor contingenciado como possível no montante de R\$ 5.876.

16. Dividendos

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/03/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	267.047	267.047
Acionistas minoritários	11.819	11.819
	278.866	278.866

17. Juros sobre o capital próprio

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	JSCP pagos	Prescrições	Saldo em 31/03/2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	43.334	(43.334)	-	-
Acionistas não controladores	1.954	(1.765)	(46)	143
	45.288	(45.099)	(46)	143

Conforme AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, em março ocorreu pagamento de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia.

18. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A, que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Benefícios de curto prazo para administradores	966	929
Benefícios pós-emprego	41	29
Conselho fiscal	284	271
	1.291	1.229

18.2. Contras patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	1.105	1.462	1.105	1.462
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	602	422	675	492

18.3. Resultado

	Controladora					
	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(3.467)	-	(3.467)	(4.111)	-	(4.111)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(1.343)	(1.343)	-	(1.285)	(1.285)
Rio Paranapanema Participações S.A.	1.195	-	1.195	392	-	392
	(2.272)	(1.343)	(3.615)	(3.719)	(1.285)	(5.004)

	Consolidado					
	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(3.467)	-	(3.467)	(4.111)	-	(4.111)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(1.565)	(1.565)	-	(1.501)	(1.501)
Rio Paranapanema Participações S.A.	1.195	-	1.195	392	-	392
	(2.272)	(1.565)	(3.837)	(3.719)	(1.501)	(5.220)

18.4. Garantias em operações comerciais

À medida em que clientes da Companhia necessitam de lastro de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações S.A. é a empresa que suporta essas operações.

O montante garantido em operações de comercialização pela Rio Paranapanema Participações S.A. em 31 de março de 2021 é de R\$ 40.516 (R\$ 121.549 em 31 de dezembro de 2020).

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Posição acionária em 31/03/2021 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferênciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,07	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	-	-	806.212	1,28	806.212	0,85
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,93	2.494.038	3,96	2.791.074	2,96
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Posição acionária em 31/12/2020 (Em ações unitárias)						
	Ordinárias	%	Preferênciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	806.712	1,28	809.233	0,86
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,93	2.493.538	3,96	2.788.053	2,95
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

A íntegra dessas informações está descrita na nota explicativa 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

20. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	335.093	432.451	342.224	438.980
Mercado de curto prazo (MCP)	11.530	63.321	11.709	64.509
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.720	-	1.720	217
	348.343	495.772	355.653	503.706
Outras receitas				
Outras receitas	62	52	62	53
	62	52	62	53
Total receita operacional bruta	348.405	495.824	355.715	503.759
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(34.366)	(39.937)	(34.632)	(40.227)
ICMS	(9.846)	(9.330)	(9.846)	(9.330)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(3.076)	(4.290)	(3.076)	(4.290)
	(47.288)	(53.557)	(47.554)	(53.847)
Receita operacional líquida	301.117	442.267	308.161	449.912

A redução está relacionada ao cenário hidrológico que, no 1º trimestre de 2021, apresentou uma situação bem pior do que o apresentado no 1º trimestre de 2020 (no 1º trimestre de 2020, a Companhia obteve receitas adicionais relevantes de ACL e MCP em virtude de ter utilizado a estratégia de sazonalização e ter contado com o cenário de hidrologia positivo).

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

21. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede

21.1. Energia elétrica comprada

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Contratos bilaterais	1.894	33.077	1.894	33.077
Mercado de curto prazo (MCP)	21.404	158	21.919	440
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	14.983	23.023	15.050	23.023
	38.281	56.258	38.863	56.540

A redução no custo com energia elétrica comprada para revenda é reflexo da estratégia de sazonalização do volume de energia comprometido para o período, segundo as projeções para o ano de 2021. Com uma efetivação do GSF maior que a projetada, esses volumes puderam ser liquidados no MCP.

21.2. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Tust	31.275	30.010	31.275	30.010
Tusd	4.807	4.648	4.904	4.780
Encargos de conexão	39	48	39	48
	36.121	34.706	36.218	34.838

A íntegra dessas informações está descrita na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas				
Aplicações financeiras	3.769	11.023	3.903	11.368
Variações monetárias	6.450	844	6.453	853
Depósitos judiciais	417	839	420	848
Indenização socioambiental	-	5	-	5
Inadimplência CCEE	6.033	-	6.033	-
Outras receitas financeiras	214	157	218	185
	10.433	12.024	10.574	12.406
Despesas				
Juros sobre debêntures	(17.691)	(19.405)	(17.691)	(19.405)
Variações monetárias	(99.627)	(31.973)	(100.327)	(32.320)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(75.240)	(16.108)	(75.936)	(16.434)
Indenização socioambiental	(1.204)	(204)	(1.204)	(204)
Provisões para riscos	(753)	(714)	(757)	(735)
Tusd-g	(487)	(988)	(487)	(988)
Debêntures	(21.907)	(13.815)	(21.907)	(13.815)
Outras	(36)	(144)	(36)	(144)
Despesas plano de pensão	(1.523)	(1.046)	(1.523)	(1.046)
Outras despesas financeiras	(789)	(899)	(790)	(908)
	(119.630)	(53.323)	(120.331)	(53.679)
	(109.197)	(41.299)	(109.757)	(41.273)

O resultado financeiro teve aumento significativo, em comparação ao ano anterior, principalmente em razão da atualização monetária referente às liminares da CCEE, especialmente à do GSF, que são indexadas pelo IGP-M.

23. Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Controladora					
	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		6.529				211.228
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(1.632)	(588)	(2.220)	(52.807)	(19.011)	(71.818)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	565	(18)	547	565	(18)	547
Despesas indedutíveis	(21)	(7)	(28)	(302)	(109)	(411)
Equivalência de controladas	289	104	393	536	193	729
Incentivos fiscais	-	-	-	194	-	194
Amortização agio da Duke sudeste	4	1	5	4	2	6
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	-	-	-
Outros	-	-	-	6	-	6
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(1.128)	(628)	(1.756)	(51.804)	(18.943)	(70.747)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	61.988	22.609	84.597
IRPJ e CSLL diferidos	1.128	628	1.756	(10.184)	(3.666)	(13.850)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	1.128	628	1.756	51.804	18.943	70.747
Alíquota efetiva	-17,3%	-9,6%	-26,9%	-24,5%	-9,0%	-33,5%
	Consolidado					
	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		6.795				211.596
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(1.699)	(612)	(2.310)	(52.899)	(19.044)	(71.943)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	565	(18)	547	565	(18)	547
Despesas indedutíveis	(21)	(7)	(28)	(302)	(109)	(411)
Equivalência de controladas	289	104	393	536	193	729
Incentivos fiscais	-	-	-	194	-	194
Amortização agio da Duke sudeste	4	1	5	4	2	6
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(108)	(67)	(175)	(156)	(87)	(243)
Outros	-	-	-	6	-	6
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(1.303)	(719)	(2.021)	(52.052)	(19.063)	(71.115)
IRPJ e CSLL correntes	175	91	266	62.236	22.729	84.965
IRPJ e CSLL diferidos	1.128	628	1.756	(10.184)	(3.666)	(13.850)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	1.303	719	2.022	52.052	19.063	71.115
Alíquota efetiva	-19,2%	-10,6%	-29,8%	-24,6%	-9,0%	-33,6%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

24. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	3.181	93.654
Ordinários	1.591	46.827
	4.772	140.481
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	0,05053	1,48763
Ordinários	0,05053	1,48763

25. Instrumentos financeiros

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa 26 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para esse ITR.

25.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			31/03/2021	Valor contábil	31/12/2020	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	124	124	107	107
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	538.521	538.521	1.110.143	1.110.143
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	815	815	807	807
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	125.308	125.308	842.470	842.470
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	60.536	60.536	60.359	60.359
			725.304	725.304	2.013.886	2.013.886
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	392.473	392.473	2.094.232	2.094.232
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	31.615	31.615	34.837	34.837
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	1.780	1.780	1.954	1.954
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.594.163	1.624.834	1.074.801	1.087.589
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	143	143	45.288	45.288
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	278.866	278.866	278.866	278.866
			2.299.040	2.329.711	3.529.978	3.542.766

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

26. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades seus e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(*) Não revisados pelos auditores independentes

A íntegra destas informações relacionadas aos seguros está descrita na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

27. Transações não caixa

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	21.905	24.215
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(7.448)	(8.233)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	1.170	836
Imposto diferido sobre plano de pensão	(398)	(283)
Inadimplência CCEE	594.642	-

28. Compromissos

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2027.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declararam que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2021.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho // Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Presidente e Diretor sem designação específica

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

José Renato Domingues
Membro Efetivo

Monica Luling
Membro Efetivo

Yujun Liu
Membro Efetivo

Autair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Luis Antonio Esteves Noel
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Julyana Borges
Contadora CRC - PR-063262-O/5